Conselheiro Lafaiete, 06 de outubro de 2022

EXPEDIENTE
06/10/22

A
Vossa Excelência
Sr. Oswaldo Barbosa
Vereador-Presidente
Câmara Municipal
Conselheiro Lafaiete

Assunto: Solicita leitura da manifestação em anexo em expediente desta Casa Legislativa, mediante palavras ofensivas proferidas pelo vereador Giuseppe Laporte citando nominalmente o veículo de comunicação Fato Real.

Senhor Presidente

Vimos solicitar desta egrégia Casa Legislativa a leitura da manifestação, em anexo, durante expediente, mediante palavras ofensivas proferidas pelo vereador Giuseppe Laporte citando nominalmente o veículo de comunicação Fato Real. Episódio ocorrido na sessão ordinária de 04/10/2022.

A manifestação do vereador conteve palavras ofensivas e que colocam em descrédito o trabalho desenvolvido com comprometimento, ética e profissionalismo ao longo de vários anos.

Tal manifestação foi amplamente compartilhada em espaços como redes sociais, provocando prejuízo moral à empresa Fato Real e à sua equipe de profissionais.

Atenciosamente,

Gina Costa
Jornalista
Diretora do portal de Notícias Fato Real

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG
-06-Out-2022-14:40-041746-1/2

Conselheiro Lafaiete, 06 de outubro de 2022

A
Vossa Excelência
Sr. Oswaldo Barbosa
Vereador-Presidente
Srs. Vereadores
Câmara Municipal
Conselheiro Lafaiete

Vimos através desse manifesto, demonstrar nossa indignação diante do ataque sofrido pela imprensa local durante sessão ordinária dessa Casa Legislativa realizada na data de 04 de outubro de 2022.

É sabido que a imprensa é um canal de interlocução entre a comunidade e as autoridades. A imprensa chega muitas vezes onde o cidadão não consegue ir e não tem voz. Exemplo disso foi o importantíssimo papel da imprensa de Conselheiro Lafaiete durante um período terrível da nossa história: a pandemia provocada pelo Coronavírus. Foi através dos programas de rádio, matérias em sites e jornais impressos que a população soube das medidas de segurança que estavam sendo tomadas na cidade, dos perigos de um vírus, dos boletins epidemiológicos, da necessidade de uma vacina e dos calendários de aplicação. Jornalistas e repórteres não pararam de trabalhar um dia sequer. Estiveram em hospitais, cemitérios, ouviram relatos. Foram onde era necessário para manter a cidade (e região) informada e orientada. Mesmo assim, não vimos nesta Casa nenhum reconhecimento à classe; o que merecidamente aconteceu com outros segmentos da sociedade, inclusive com recebimentos de honrarias em sessões especiais.

A despeito do exemplo ora citado, nos causa muito estranheza que a imprensa tenha sido atacada por mais uma vez exercer o seu papel. Desta feita, durante o período eleitoral.

Assim como ocorre em todo o país, uma pesquisa eleitoral foi feita em Lafaiete e outras 11 cidades da região. Os seus resultados foram informados em evento público, com presença de candidatos (as), assessores, representantes de partidos e da sociedade civil organizada e da própria Câmara Municipal. A imprensa também esteve presente. Foram vários os veículos de comunicação que fizeram a divulgação, mediante os dados exigidos por lei,

como o registro do levantamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral (T.S.E). Naquele momento de apresentação, ocorrido num recinto ligado ao Direito, não houve registro de nenhum questionamento pelos presentes. Nem mesmo quando após a apresentação foi aberto para os presentes um tempo para esclarecimentos de dúvidas. Não houve nenhuma manifestação contrária, sendo então dada por encerrada a apresentação.

É preciso esclarecer, já que não houve alcance da compreensão para todos, que nenhuma rádio da cidade, nenhum site e nenhum jornal impresso fez pesquisa eleitoral. O acesso à informação é garantido à população. O resultado da pesquisa, repetimos, que não foi feita por nenhum veículo de imprensa, era uma informação de direito da população. E assim o fizemos.

A imprensa não interfere na interpretação da informação. Ela relata dados e fatos. Aqueles que não ficaram satisfeitos ou não consideraram corretos a metodologia e resultado da pesquisa deveriam questionar o instituto que a realizou e não os veículos que publicaram.

O ataque , usando termos impróprios para o respeito que o plenário da sede do Legislativo impõe, representa o desrespeito não só a imprensa, mas ao livre-direito de informar e ser informado. E evidenciando uma perseguição ao Fato Real, o vereador excluiu da crítica um jornalista presente, que também havia pulicado o resultado da citada pesquisa.

Ainda salientamos fato muito simples, que talvez diante de um resultado negativo nas pretensões de um candidato que não foi eleito, tenha passado despercebido: A pesquisa, obviamente é prévia. A divergência entre o levantamento feito entre 22 e 25 de setembro e o resultado da votação em 02 de outubro não é de responsabilidade da imprensa. Como algum veículo de comunicação poderia comparar resultados de uma pesquisa com o resultado de uma eleição que ainda não havia ocorrido?

Mandatos passam, a imprensa fica.

Atenciosamente
Gina Costa
Jornalista
Diretora do Portal de Notícias Fato Real